



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 5.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 17 DE JANEIRO DE 2017

**Presidente:** Exmo. Sr. Arlindo Barbosa

**Secretário:** Exmo. Sr. Mohamed da Glória

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 10 minutos.

No quadro da institucionalização do parlamento infanto-juvenil, a 5.ª Comissão Especializada Permanente procedeu à auscultação dos Representantes da UNICEF (Ainhoa Beitia e Teodora Sousa), da FONG-STP (Jorge Carvalho), do PNUD (Ezequiel Fernandes),

da ACASTEP (Reginaldo Pires e Heloísa Costa) e Técnico da Assembleia Nacional (Adalberto Catambi). Usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Salvador (ADI) e Ana Rita (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 11 horas e 10 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Bilaine Viegas de Ceita**  
**Egrinaldo Viegas de Ceita**  
**Joaquim Salvador Afonso**  
**Ossáquio Perpetua Riôa**  
**Jorge Bondoso**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Arlindo Barbosa Semedo**  
**Ana Isabel Meira Rita**  
**Mohamed Guadalupe da Glória**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Danilson Cotú**

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de saudar as Sras. e os Srs. Deputados e os digníssimos representantes que convidamos. Fazemos referência à UNICEF, PNUD, FONG e ACASTEP aqui representados.

Convocamos esta audição na 5.<sup>a</sup> Comissão, com um único tema, o parlamento infanto-juvenil. Penso que muitos já se conhecem. Hoje temos a ausência do Sr. Deputado do PCD, por questões de agenda, mas por haver quórum podemos dar início aos nossos trabalhos.

Fizemos um esforço, enquanto Assembleia, para enviar as documentações e o assunto do dia a todos. As organizações que não receberam a documentação a tempo, desde logo, quero pedir desculpas. Como sabem, por vezes, leva tempo para que os documentos cheguem ao destino.

Temos a previsão de uma hora e meia para esta audição, as organizações aqui representadas sabem aquilo que estamos a tratar.

Em termos de metodologia, vamos fazer uma abordagem geral e depois passaremos a palavra às organizações aqui representadas, para ouvirmos as contribuições.

Para a vossa informação, estamos a gravar esta sessão, para que os registos fiquem aqui a nível do Parlamento.

Esse processo de institucionalização do parlamento infanto-juvenil tem sido a nossa preocupação, a dos parceiros e da Assembleia Nacional. Em 2016, tivemos um acto de género, para assinalar a data de 16 de Junho. De acordo com o que discutimos na Comissão, não queremos repetir o mesmo para assinalar a data de 16 de Junho. Queremos até Junho ter o parlamento infanto-juvenil institucionalizado, por isso é preciso trabalharmos na questão da legislação, porque em 2016 só fizemos um acto inaugural, como experiência. É por essa razão que estamos cá.

Trabalhamos um *draft*, enquanto Comissão, com a ajuda de técnicos que estão cá também presentes nesta auscultação. Já tivemos encontros inicialmente com o PNUD e a UNICEF, para abordar essa questão. Deixamos um *draft* da legislação com esses parceiros.

Por isso, hoje queremos obter os subsídios sobre o que acham do *draft* que receberam e a vossa contribuição para a melhoria da legislação. Não podemos ter um quadro legal sem ouvirmos os parceiros e a sociedade. À partida, a sua aplicabilidade pode ficar difícil para a Assembleia. Por isso, iniciámos hoje esta fase de auscultação. Vamos ouvir também os representantes do Ministério da Educação e todas as delegações distritais, incluindo a Região Autónoma do Príncipe. Ouviremos também os grupos parlamentares, antes do exercício da iniciativa legislativa, para recebermos as contribuições e termos depois o pacote geral, para darmos entrada na Mesa da Assembleia Nacional. Queremos que seja aprovado antes de Junho, o que permitirá de facto termos o parlamento infanto-juvenil já institucionalizado.

Não há muita alteração. Vou apresentar alguns pontos que podem servir de debate, mas com excepção desses pontos estamos abertos para ouvir mais contribuições.

Uma das primeiras questões, que alteramos, foi a questão da nacionalidade. Este projecto abrange escolas e alunos do 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> ciclos, e também crianças fora do ensino que tenham a nacionalidade são-tomense. É um dos aspectos que vimos, mas há quem possa levantar a questão de haver crianças que não são são-tomenses e que estão no sistema.

A segunda questão, que pode ser tema de alguma reflexão, é que quando fizemos o acto experimental partimos para a questão da selecção das crianças. Hoje, no quadro legal, estamos a optar por eleição, por escolas e turmas. As escolas foram seleccionadas pelo Ministério da Educação. Há todo um programa de sensibilização para permitir que essas crianças sejam eleitas em função do critério que o próprio diploma define. Um deles é a questão da idade. As crianças que vão para a eleição têm que ter a idade compreendida entre os 10 e 17 anos. Se houver algum lapso, que me corrijam por favor. São alguns critérios que o diploma define. Significa dizer que vamos partir para a eleição e não a selecção, como fizemos em 2016.

Outra questão de fundo, que vimos nas experiências anteriores, é que esse processo nos remetia para a Lei Eleitoral. Como sabem, a Lei Eleitoral são-tomense versa sobre os partidos políticos e é muito complexa. Então abandonamos a questão da Lei Eleitoral. Vamos fazer eleição por escolas, já temos os critérios bem definidos.

A Lei Eleitoral faz referência aos partidos políticos, não queríamos nesta fase colocar esta questão no parlamento infanto-juvenil. As crianças iriam representar que partido? Então, não haverá representação de partidos. O que haverá, sim, em termos de grupos parlamentares, são representações distritais. O que significa dizer que Lembá pode constituir um grupo parlamentar, Água-Grande pode constituir outro grupo parlamentar e ter o seu responsável, a Região Autónoma do Príncipe, assim sucessivamente. Assim, teremos um leque de sete representações que denominaremos de grupos distritais parlamentares. Parece-me que é este o termo que está na legislação.

A questão da idade também já referi. Há uma questão de mandatos. No nosso Parlamento, o mandato é de 4 anos e isso peca por vir tardiamente. Para a institucionalização do parlamento infanto-juvenil, definimos um mandato de 2 anos, com entrada em vigor em Junho de 2017.

O figurino das crianças continua, são 55 jovens parlamentares, distribuídos conforme a experiência de 2016. Atendemos a questão das crianças portadoras de deficiências físicas. Outro dado novo, são as crianças que se encontram fora do ensino. O que se acresceu agora com a legalização são as crianças que se encontram nas escolas privadas.

Em 2016, fizemos a selecção e não atendemos a essa vertente, o que poderia eventualmente surgir críticas, mas essa inclusão de escolas privadas não altera as quotas por distritos, pela FONG, UNICEF, por aí fora. Essa distribuição em termos de quotas mantém-se, penso que o diploma também faz referência.

Basicamente, são esses os pontos que a Comissão identificou.

Há todo um processo de sensibilização que temos que levar a cabo: a eleição das crianças, o processo de selecção nas escolas e os dias desse acto. São questões que partilhamos e os senhores aqui presentes poderão, aquando do debate, clarificar detalhadamente.

São esses *itens* pertinentes que entendemos colocar agora, mas estamos abertos para ouvir as contribuições e depois a Comissão continuará o seu trabalho. As contribuições que entendermos ser importantes, que impliquem a alteração da iniciativa, voltaremos a reunir, para poder fazer as emendas possíveis. Prevemos em Fevereiro ter já o exercício da iniciativa legislativa.

Depois disso, não sei se há algum membro da Comissão que queira fazer algum acréscimo na introdução que fiz, se alguma coisa escapou.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — O processo de selecção.

O Sr. **Presidente**: — Sim. Eu disse que o processo de selecção é uma questão complexa, carece de perguntas concretas. Se essas perguntas forem colocadas, peço à Sra. Deputada Bilaine Ceita para poder pontualmente explicar, porque o pacote é global. Se falar de todo o processo de selecção, poderemos levar muito tempo na explicação, mas se houver uma pergunta concreta, por exemplo, como as crianças serão eleitas, estaremos disponíveis. É um processo que nos fará deslocar às escolas e explicar os procedimentos, para que a questão de mobilização e sensibilização seja bem-feita. Não há nenhum deputado que queira intervir nesta fase, então vamos avançar.

Em termos de metodologia, talvez ouvíssemos todos, para não respondermos um de cada vez. Acho que deveríamos fazer uma ronda, ouvindo todas as organizações, apontaremos, depois passaremos à fase de esclarecimento. Essa metodologia convém? Não sei se alguém tem outra proposta. Se assim for o caso, pediria aos intervenientes que se apresentassem, porque estamos a gravar e temos que fazer o relatório. Agradeceria que ligassem os microfones, porque não podem falar em simultâneo. Quando alguém acabar de falar, deve desligar, para permitir que o outro faça a sua intervenção.

Tem a palavra a Sra. Representante da UNICEF.

A Sra. **Ainhoa Beitia** (Representante da UNICEF):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais, bom dia. Obrigada pelo convite para estar nesta sessão de consulta.

Gostaria de felicitar a Comissão Parlamentar pela iniciativa da institucionalização do parlamento infanto-juvenil. É muito boa iniciativa e louvamos desde já, pelo seguimento daquela sessão parlamentar que houve no ano passado.

Li o documento que foi partilhado connosco, acho que todos também leram e poderão acrescentar alguns comentários. Tenho comentários e perguntas para a Comissão.

Na primeira parte do documento, fala-se de duas sessões por ano do parlamento infantil e também que é uma iniciativa a ser realizada de 2 em 2 anos. Não sei se foi há 1 ano ou há uma confusão na indicação de diferentes tempos.

No número 2 da segunda página, diz que o parlamento infantil é uma iniciativa a ser realizada de 2 em 2 anos. Depois, também vi em alguma parte que haverá duas sessões por ano.

É só para esclarecer, se são duas ou uma sessão por ano, se é de 2 em 2 anos ou é uma coisa anual.

A questão de nacionalidade por acaso tinha discutido com a minha colega, é uma questão que queria colocar. Acho que não é uma questão fundamental, mas seria uma pena deixar de lado eventuais crianças que, não tendo a nacionalidade são-tomense, vivem em São Tomé, crescem aqui e não têm a previsão de sair daqui, porque os pais trabalham ou vivem aqui. Percebo. Pode ser uma decisão política ou tradição na selecção dos próprios deputados do País, mas é uma questão que queria levantar, porque acho que seria uma pena deixar essas crianças de fora só por causa de um papel que não depende delas.

Outra questão tem a ver com o orçamento para a actividade do parlamento infantil. Acho que há um processo de sensibilização que já foi mencionado, um processo de selecção dos temas, no qual as diferentes escolas têm que se reunir. A eleição dos deputados infantis, a reunião das comissões especializadas, que é mencionada no fim do documento, será feita por deslocações, o que requer transporte, não sei como se vai organizar tudo isso, vão precisar de um orçamento. Somando todas essas actividades bastante elevadas, acho que seria bom preparar o orçamento, quer dizer, pelo menos uma previsão do orçamento, o mais rápido possível, para que a Comissão e o Parlamento possam ver qual é a capacidade que têm de cobrir parte desse orçamento, qual é a capacidade dos vossos parceiros que já apoiaram ou que podem vir apoiar, porque poderá ser um orçamento elevado, com todas essas reuniões e transportes, sensibilização, disseminação da iniciativa a nível nacional. Quer dizer, a média não é só para escola, também para os próprios pais e a sociedade em geral. Tudo isso tem custos, afinal são edições de vídeos na TVS, na rádio e transportes. O Ministro da Educação, para fazer as visitas, tem muitos custos e nesse processo não gostaria que alguma coisa ficasse de fora ou que não pudéssemos fazer a sessão por falta de meios.

Acho que pode ser o meu último ponto e deixaria a palavra à Teodora, para complementar a parte da UNICEF.

Em relação ao processo de adopção pelo Parlamento adulto das recomendações do parlamento infantil, não se disse mais nada. Foi mencionado que haverá um projecto que será adoptado pelo Parlamento, uma coisa assim, mas não se desenvolveu mais. Como vai ser esse processo? Que seguimento se vai dar as recomendações? Acho que seria importante saber com mais detalhes sobre esse processo, porque precisamente se trata de ouvir, mas também de agir. Não é só ouvir e deixar as coisas assim no ar. Ouvir e agir, em consequência, dar uma resposta a essas crianças que estão a dizer o que elas acham.

São esses os meus comentários por enquanto e deixo a palavra à Teodora, para possíveis acréscimos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Teodora Sousa.

A Sra. **Teodora Sousa** (Representante da UNICEF):— Sr. Presidente, bom dia a todos. Sou Teodora de Sousa, venho pela parte da UNICEF. Acho que a Ainhoa fez um balanço de quase tudo, mas se calhar vou reforçar a reflexão sobre dois ou três pontos.

O primeiro, é a questão de paridade. Espero que tenham em conta essa questão da paridade entre rapazes e as raparigas que vierem a representar o nosso parlamento infanto-juvenil. No ano passado tivemos em conta essa questão e espero que ela continue.

Outro ponto, tendo em conta que a UNICEF está na lógica de inclusão total, essa questão de nacionalidade que já frisou minha colega Ainhoa, penso que seria bom ter um argumento muito pertinente para justificar essa exclusão, porque nós sabemos que aqui em São Tomé temos muitas crianças que estão nas nossas escolas que são filhos dos comerciantes e não queremos citar aqui as diversas nacionalidades, mas são são-tomenses, embora tenham os pais ou dupla nacionalidade. Elas são crianças são-tomenses, temos muitos comerciantes na nossa praça que têm filhos nas nossas escolas. Acho que estamos a falar de inclusão, era bom termos em conta essa questão de nacionalidade, reflectindo com mais calma. Por que não introduzir outras crianças de outras nacionalidades, uma vez que estão ali nas escolas convivem diariamente com os nossos meninos têm os mesmos problemas, as mesmas necessidades.

Um outro aspecto justamente frisado pela Ainhoa, que também vou voltar a reforçar, é a questão de logística, não sei se foi pensado, como manter esses dois anos, sobretudo os dois primeiros anos, a questão do orçamento para poder mantermos essas actividades todas que requer um parlamento infanto-juvenil. Por enquanto são essas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. Jorge Carvalho.

O Sr. **Jorge Carvalho** (Representante da FONG-STP): — Sr. Presidente, chamo-me Jorge Carvalho e venho da FONG-STP. Eu gostaria de felicitar muito sinceramente por essa iniciativa e por terem solicitado a FONG para estar presente neste debate. Eu li o documento e confesso que é a primeira vez que participo nesse encontro. Quanto à realização de duas sessões por ano ordinárias, eu proporia talvez que se abrisse uma brecha para uma sessão extraordinária também para o parlamento das crianças, isto é, seria agendada duas sessões ordinárias e uma sessão extraordinária para o trabalho, caso houvesse necessidade.

Com relação às eleições, o Sr. Deputado disse que iria haver um trabalho de sensibilização. Neste trabalho de sensibilização, a FONG proporia que houvesse um concurso para primeira selecção e neste concurso levávamos já agendado as percentagens e paridade, por número das crianças escolarizadas e não escolarizadas, assim como o número para os deficientes físicos. Gostaria que houvesse essa deliberação, se já têm, então retiro.

Quanto à questão de logística, sabemos que o nosso país tem dificuldades financeiras. A deslocação das crianças ao parlamento tem custo e é preciso que seja bem estipulado no orçamento, talvez um pouco mais de logística interna, com a oferta de um lanche durante a sessão, porque as crianças ainda são menores e vão ter a necessidade de comer e beber alguma coisa. De momento, é o que eu tenho para dizer. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. Ezequiel Fernandes.

O Sr. **Ezequiel Fernandes** (Representante do PNUD): — Sr. Presidente, chamo-me Ezequiel Fernandes, venho em representação do PNUD. Recebemos o documento, um dos pontos que queríamos relevar já foi dito cá, são as crianças fora do ensino. No entanto, concernente à logística, recebemos uma carta da Assembleia, julgo ser uma nota oficial a propor um orçamento para essa actividade e não sei se são para os dois anos ou só para fase preparatória. Queria dizer que no quadro do Projecto Pro-PALOP-TL já houve, digamos, reuniões em termos dessa actividade infanto-juvenil.

Em relação à comunicação para esta actividade estamos a ver a possibilidade de financiar, não sei se em todo ou parte essa actividade. No quadro de Pro-PALOP, como já havia dito, houve uma actividade na Assembleia Nacional que ficou por realizar, então o remanescente desta verba, em princípio, será destinado para essa actividade. Como o projecto está a preparar o orçamento para 2017, ainda não podemos avançar o montante que será possível financiar ou co-financiar. Gostaria de falar sobre a logística. Julgo que o senhor conhece o orçamento. Para tratar dessa questão ontem liguei e falei com o Dr. Hélder Matos. Vamos trabalhar com a Comissão para nos inteirarmos melhor sobre o orçamento que será disponível para Assembleia Nacional, para vermos quanto é que podemos utilizar na comunicação. O PNUD estará disponível para co-financiar porque não sei se vamos conseguir o montante total. Portanto, é mais ou menos essa contribuição do PNUD, que gostaria de deixar cá. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. Reginaldo Pires.

O Sr. **Reginaldo Pires** (Representante de ACASTEP): — Sr. Presidente, venho em nome de ACASTEP, pelo pouco tempo que tive para fazer a leitura do notificado, que me mandaram, vi que está bem estruturado, é sempre leal quem fez isso. Vi que o documento está bem estruturado e quase que tenho pouco a ressaltar, é sempre bem-vindo essa iniciativa. Agora, deixa-me uma dúvida, vai existir uma nova sessão este ano ou não? Já que ultimamente fizeram uma eleição ...

O Sr. **Presidente**: — Não houve eleição. Houve selecção.

O Sr. **Reginaldo Pires** (Representante de ACASTEP): — Hã, selecção! Era a minha dúvida, na altura em que apresentaram em 2016, vi e gostei porque os alunos expuseram aquilo que sentiam. Na próxima eleição, quem sabe, eles virão mais dotados e mais bem preparados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Heloísa Costa.

A Sra. **Heloísa Costa** (Representante de ACASTEP): — Sr. Presidente, boa tarde a todos. Chamo-me Heloísa Costa. Venho representar a ACASTEP, concretamente a associação dos surdos no parlamento juvenil. A minha dúvida é a seguinte, se um elemento tem 17 anos e completa 18 anos, quer dizer que ele já não poderá vir e será substituído.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pelas contribuições. Estamos nessa primeira ronda, penso que os Srs. Deputados também registaram as questões. Vou fazer um esforço para clarificar algumas delas, caso algumas fiquem por responder, pedirei aos deputados da Comissão que intervenham. Há uma primeira questão, levantada pela UNICEF, que tem a ver com os mandatos. A legislação prevê que esse programa tenha a duração de dois anos, a partir de 16 de Junho. O mandato termina após dois anos, com a nova

eleição e depois o regulamento explica como termina o mandato. Agora, o documento faz referência às sessões de trabalho e em cada ano haverá uma sessão ordinária. Gostei de ouvir a preocupação, com a reunião extraordinária, talvez seja uma questão que a Comissão também poderá reflectir. Penso que podemos fazer referência no diploma, caso haja necessidade, de sessões extraordinárias. É um assunto pacífico. Falou-se de custo, questionou-se se será regularmente, como o parlamento normal. Achamos que as crianças ainda não estão muito preparadas para isso. Essa legislatura será experimental, por isso é que estamos a prever o mandato para dois anos, terá assim uma sessão em cada ano, vamos ver se colocámos no documento a questão da reunião extraordinária.

Estamos a prever a criação de comissões de trabalho. A criação dessa comissão poderá ser discutida num intercâmbio entre as escolas, entre os distritos ou na própria escola. A comissão poderá trazer documentos trabalhados, quando houver sessão ordinária. Todo esse processo é difícil, mas vai depender das escolas e das pessoas que estão a representar ao nível do distrito, para criarem uma dinâmica, discutindo alguns temas em sessões distritais ou intercâmbios distritais e depois trazer já uma ideia daquilo que se pretende para o acto formal. Foi também colocada a questão de data e idade. O diploma contempla idade entre 10 e 17 anos. Quem esteve noutra sessão de 2016 e que completou 18 anos para esta fase de certeza não será contemplado, deve ser substituído. O diploma contempla, sim, todos os distritos. Este está no artigo 7.º. O ponto 3 desse artigo, diz que Água Grande terá 12, Me-Zóchi 12, Lobata 5, Cantagalo 6, Lembá 5, Caué 4 e Região Autónoma de Príncipe 5, organizações não-governamentais 3, crianças portadoras de deficiências 3. O diploma contempla as crianças fora do sistema. Em 2016 soubemos que as crianças portadoras de deficiências são casos específicos, poderemos discutir aquando desse processo de sensibilização, mas nas escolas será por eleição. Vimos também na Comissão a questão de paridade. Ao exemplo de 2016, definimos um critério e parece-me que número de meninas foi maior, tendo em conta alguns critérios que foram definidos. Vimos a questão de assiduidade, de comportamento e das notas. Em relação a isso, podemos ter um parlamento com mais representação feminina, todavia foi bom esse alerta e aquando do processo de sensibilização, vamos pedir que tenham em conta. É essa apreciação da 5.ª Comissão.

A questão do orçamento é uma preocupação de todos. Fizemos um encontro com o PNUD e UNICEF, que são os nossos maiores parceiros e vamos trabalhar, sim, no orçamento global, para os dois anos. Temos que discutir todas as despesas com a Casa Parlamentar. Estamos a institucionalizar e para garantir a sustentabilidade nesses dois anos temos que saber o que temos e o que os parceiros poderão contribuir.

Vamos ter a discussão do orçamento de Assembleia Nacional e estamos esperançados que no orçamento de facto venha a verba ligada a questão do parlamento infanto-juvenil. Quero dizer aos senhores aqui presentes que falamos também com o Presidente da Assembleia Nacional. É a primeira sensibilização, que tivemos, e Assembleia mostrou total disponibilidade. Teremos também uma audição com o Governo na sexta-feira.

Quando tivermos o esboço global do orçamento, saberemos com quanto é que o governo entra, Assembleia e os parceiros, para a realização do parlamento nesses dois anos. Ficarão descansados que teremos o cuidado de ver a questão do orçamento para que seja uma questão credível e sustentável.

Há o problema da nacionalidade. Em relação à questão política, temos uma posição e penso que os deputados poderão falar disto depois. É complexo porque estamos a tratar de legislação que se adapte. Infelizmente, porque há crianças que são estrangeiras, admitiu-se a hipótese deixar de fora desse projecto, ou seja, mas a nossa legislação admite a dupla nacionalidade e que pode-se requerer. Se houver pais que entendam que a sua criança possa participar do parlamento infanto-juvenil pode requerer a sua nacionalidade. Isto foi discutido na Comissão.

A lei beneficia essas crianças porque estão em São Tomé. O parlamento infanto-juvenil é para escolas e crianças em São Tomé. Agora, quem tem pais estrangeiros eventualmente poderá adquirir a nacionalidade para ser beneficiado, é essa a nossa visão. As entidades auscultadas, defendem também essa posição. Todavia, ainda estamos na fase de auscultação colher mais opiniões a esse respeito.

A questão das reuniões extraordinárias, penso que já respondi. A questão da implementação da recomendação é lógica. Um dos objectivos do parlamento infanto-juvenil é dar voz às crianças, para permitir que elas discutam os temas relacionados, sobretudo, com os direitos das crianças. Relativamente às recomendações, há questões que dizem respeito ao Estado, no que toca a Assembleia, na parte da legislação, temos que ter a responsabilidade de poder legislar em relação a essas recomendações. No que toca ao Governo temos que pressionar, enquanto Deputados, porque aprovamos a lei. No quadro do Orçamento Geral de Estado podemos insistir com o Governo para que no orçamento da educação seja alocada uma verba, para a realização do parlamento infanto-juvenil, considerando a vertente direito das crianças e a questão de género. Quanto a recomendações, o Estado deve assumir a sua parte.

Estaremos atentos, bem como os parceiros envolvidos. Enquanto legislador contactaremos quem de direito para a concretização deste evento. Penso que respondi, mas se ficar algo, apelo aos membros da Comissão, para que não seja só Presidente a falar. Passo a palavra aos Srs. Membros da Comissão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, se a criança tem 17 anos e fizer um mandato de dois anos, quer dizer que vai até 19 anos. Ela ali com 19 anos já ultrapassou a idade, acabou o secundário e transitou para universidade. Esta questão de idade é uma proposta que me ocorreu, poderíamos propor de 10 a 16 anos, porque se for eleito com 16 anos, tem um mandato de 2 anos e cumprindo esse mandato, termina com 18 anos. Assim, terá a oportunidade de cumprir os dois mandatos porque o parlamento é infanto-juvenil. É uma proposta que deixo.

O Sr. **Presidente**:— Isto é bastante importante. Como o próprio nome é o parlamento infanto-juvenil, se admitirmos alunos com 17 anos, estamos em 2017, isto significa dizer que em 2018, ele terá 18 anos. Por acaso, não tínhamos visto isso, mas o Jurista poderá clarificar.

O Sr. **Adalberto Catambi** (Técnico da Assembleia Nacional): — Sr. Presidente, é uma questão pertinente, mas temos que salvaguardar os direitos justamente daqueles infanto-juvenis. Porque se nós primarmos pela idade entre 10 e 17 anos, ele está dentro de um regime, que é o infanto-juvenil. Consequentemente, a partir de 18, ele muda de regime e quer dizer que ele é abrangido por outra lei. Ora bem, se estabelecermos 10 a 16 anos vai haver um vazio, que é justamente aos 17 anos. Qual é o regime que vai regular esse período? Automaticamente, entraremos em contradição porque começamos já na discriminação daquele que tem aquela idade. Acho que podemos ultrapassar isso tecnicamente, considerando como uma das causas de perda do mandato, isto é, atingindo a maioridade. Implica dizer que ele pode ser eleito perfeitamente com 17 anos, mas tendo atingido 18 anos, perde então o seu mandato. Assim subirá o que estiver a seguir na lista, sem lesar os direitos dos nossos infanto-juvenis.

O Sr. **Presidente**:— Não sei se para Sra. Deputada essa opinião é válida. Acho que é pacífico. Porque elegemos os efectivos e suplentes por causa, não só por causa da perda do mandato, que é a questão que se coloca agora, mas eventualmente haverá um deputado jovem que não poderá estar na sessão um dia poderá pedir também a substituição. Penso que é passível. Mantemos a idade dos 17 anos, mas aqui na lei vamos ver aonde podemos introduzir essa cláusula da perda de mandato, entrando na lista da escola onde foi eleito o seu substituto. Penso que podemos estar de acordo e isso é pacífico. Agradeço o técnico. Peço o secretário para registar essa preocupação de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sr. Presidente, refiro-me à nacionalidade. Agradeço a intervenção do nosso convidado e, sobretudo, a UNICEF que trouxe essa preocupação, obviamente porque isso faz parte do debate. Na Comissão estávamos a considerar essa questão de nacionalidade, como uma questão muito séria, porque não queríamos separar infanto-juvenil das regras do Parlamento. O Parlamento para nós é o Parlamento e, como tal, temos que respeitar a lei. Não queremos aqui dizer que deve haver discriminação, separação das crianças ou dos pais que não são nacionais, mas se quiserem que os seus filhos possam fazer parte, tem que haver outras medidas, por isso teremos que ouvir o nosso jurista. Temos que considerar e respeitar essa questão de nacionalidade porque ela também é muito importante, como dizia aqui o Sr. Presidente na sua intervenção. É a nossa convicção e penso que assim não estamos a descartar nada.

Como dizia aqui o Sr. Presidente na sua intervenção é a nossa convicção e eu penso que não estamos a descartar nada.

O Sr. **Presidente**: — Querem fazer alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Jorge Carvalho.

O Sr. **Jorge Carvalho** (Representante da FONG-STP):— Sr. Presidente, considero que este parlamento infanto-juvenil é um acto de grande importância porque queremos dar voz realmente as crianças. Nós sabemos que eles irão elaborar recomendação, como já foi dito cá, gostaria que fosse legislado realmente essas recomendações, que houvesse um *timing* para responder, porque sabemos como funciona o nosso país. As coisas muitas vezes caem no esquecimento, sobretudo quando sabemos que as recomendações serão dirigidas a vários poderes e, pode até perder, daí se conseguirmos dar resposta a esse parlamento e as suas recomendações para mim seria algo de grande evidência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ezequiel Fernandes.

O Sr. **Ezequiel Fernandes** (Representante do PNUD):— Sr. Presidente, voltando atrás a essa questão de nacionalidade, tendo em conta o assunto e a própria actividade acho que devia ser criança são-tomense efectivamente. Filho de pais estrangeiros se reside cá em São Tomé e não tem documento são-tomense, não deve fazer parte deste parlamento. Este é o meu ponto de vista. Tendo em conta a pertinência dos trabalhos devem ser crianças são-tomenses, digamos com a documentação e que vivem cá.

Os que não têm documento são-tomense, não são são-tomenses. Acho que devemos restringir apenas aos são-tomenses de nacionalidade, não tem que ser natural. Essa é a minha contribuição. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Teodora Sousa.

A Sra. **Teodora Sousa** (Representante da UNICEF):— Sr. Presidente, volto a insistir na questão da inclusão, temos para Água-Grande 12 deputados. Dos 55, Água-Grande tem 12, se incluirmos as escolas privadas, basicamente são crianças estrangeiras. Desses estrangeiros vamos ter alguns que vão fazer parte dos 12, portanto não estou a ver o peso, não estou a ver influência ou o receio de incluirmos. Estamos a falar da inclusão de meninos.

O Sr. **Presidente**: — Estamos na fase de auscultação, como disse, são vários parceiros, a Assembleia e todos os partidos políticos, vamos ouvi-los. É uma posição da UNICEF, há outros que a contrariam, mas não vamos abrir esse debate, vamos reter, de qualquer maneira vai haver uma posição. Temos que respeitar a nossa Constituição porque não podemos fazer leis que contrariem os seus princípios. Gostaria de responder a última questão, penso que já são 12 horas.

A questão de *timing*, que se levanta, compreendo, porque sabemos que o nosso país não reage as recomendações. Na legislação não podemos definir um *timing* porque não sabemos ainda quais são as recomendações. Quanto à legislação, penso que o parlamento terá iniciativa legislativa. Hoje toda gente sabe que há a superlotação das escolas, como é que vamos dar o Governo um *timing* para inverter a situação? Para inverter isso, tem que se construir mais sala de aulas, tudo vai depender de recursos que o Governo terá, somos um país dependente de ajuda externa, não podemos dar dois anos, para que isto se concretize.

Agora, nas questões que sabemos que é possível durante a legislatura de um governo, podemos no quadro dessa recomendação fazer referência ou advertência porque há questões que podem ser ultrapassadas num ano económico, com a aprovação do orçamento. Por isso, não podemos pôr de facto na lei, quando ainda não conhecemos as recomendações, mas entendemos essa preocupação que foi cá levantada.

Tem a palavra a Sra. Representante da UNICEF.

A Sra. **Ainhoa Beitia** (Representante da UNICEF):— Sr. Presidente, talvez não saiba a resposta que vai dar o Parlamento Nacional com relação ao parlamento infante-juvenil, mas seria bom escrever o que se vai fazer com essas recomendações, quer dizer, como vai o Parlamento adoptar, se é uma mudança legislativa, governativa ou se vão fazer advocacia, deixando claro que haverá algum seguimento, se não fica assim no ar.

O Sr. **Presidente**: — Refere-se ao seguimento, eu já entendi. Penso que isso é pacífico. Temos que encontrar uma parte na documentação que oriente sobre o destino das recomendações para não ficar só no vazio. Estando aprovadas as recomendações, quem fará o quê e quem deverá assumir o quê?

Muito obrigado por essa contribuição. Pode contar com a 5.<sup>a</sup> Comissão. Vamos já encontrar uma forma com o nosso jurista para ver em que parte da legislação colocar isto. Bom, caso não haja mais intervenções, quero agradecer aos nossos parceiros e convidados.

Continuamos abertos, caso tenha escapado uma ou outra questão, poderão dirigir por escrito ou enviar o *email* a Comissão. Temos uma técnica que pode trocar os *emails*, já dissemos isso também aos parceiros, porque há questões de fundo que podem escapar. Vamos levar o processo de auscultação, para colher contribuições e registar as alterações, durante o mês de Janeiro até princípio de Fevereiro, só depois disso é que vamos fazer o exercício da iniciativa para dar entrada na Mesa da Assembleia, para que o documento seja aprovado. Aí sim, depois de aprovado, não haverá qualquer alteração.

Recebemos de bom grato todas as contribuições porque o nosso objectivo é institucionalizar este parlamento, mas temos que fazer uma legislação que adapte a nossa realidade e que tenha a contribuição de todos.

Uma vez mais muito obrigado, bom regresso a casa e bom almoço.

*Eram 12 horas e 10 minutos.*